

INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS / PUC-Rio
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL

ROTEIRO PARA O PETCAST
RACISMO ALGORÍTMICO

BLOCO 1: O que é racismo algorítmico? — Cléo

- Como ele surgiu? (Contexto histórico-tecnológico).
- Quem criou? (Origem nos EUA? No Brasil? Relação com racismo estrutural).
- Por que foi criado? (Neutralidade falsa, replicação de vieses sociais).

BLOCO 2: Como se manifesta? — Daniel

- Exemplos gerais no mundo (EUA/Europa – casos clássicos).

BLOCO 3: Por que é um problema grave no Brasil? — Bruna

- Exemplos específicos no Brasil (reconhecimento facial, crédito, algoritmos de busca).
- Racismo estrutural + falta de diversidade na tecnologia.

BLOCO 4: O que pode ser feito? — Cauã

- Possíveis soluções, e visibilidade para movimentos. (leis, inclusão em TI, conscientização, movimentos).

BLOCO 5: ENTREVISTA — ELABORAÇÃO PELA G2

- Pergunta de ligação com o convidado.
- Possíveis convidados: Instituto Bxd, Instituto Papo Reto, Observatório de Favelas

DESCRIÇÃO DO EPISÓDIO (SPOTIFY)

Com a popularização da inteligência artificial, surgem novos desafios para a luta por justiça racial. Um deles é o racismo algorítmico, termo ainda pouco compreendido, mas que afeta diretamente a vida de milhares de pessoas. Neste episódio, vamos explorar o que significa esse conceito, como ele se manifesta na prática e quais são seus impactos no Brasil e no mundo. Com a participação da convidada Thallita Lima, do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), será possível entender de que forma as tecnologias digitais têm reforçado desigualdades estruturais, especialmente no sistema de justiça criminal brasileiro.

Esse episódio foi produzido pela Geração 2 do PET/IRI, composta por: Bruna de Santana, Cauã Manerba, Cléo Luz e Daniel Ribeiro. Os dados usados foram coletados pela Geração 3, composta por: Ana Carolina Matos, Enzo Cosenza, João Albuquerque, Laila Tulani, Marina Zenha e Maria Eduarda Bogio. O episódio foi revisado e editado pela Geração 1, composta por: Catharina Souza, Clara de Assis, Larissa Firmino e Maria Clara Hierro.

ROTEIRO

BLOCO 1 — Apresentador 1: Cauã

APRESENTADOR: Este é o PETCAST, um podcast produzido pelos bolsistas do programa PET/TEPP do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. O projeto conta com apoio do Instituto, mas lembramos que todo o conteúdo reproduzido é de responsabilidade dos bolsistas e não reflete posicionamento institucional. Este episódio foi gravado no Laboratório de Humanidades Digitais da PUC-Rio.

Inserção: Vinheta do PETCAST

APRESENTADOR: Olá, sejam muito bem-vindos ao PETCAST,! Eu sou _____, e hoje junto aos meus colegas _____ e _____, estaremos discutindo o racismo algorítmico. Por isso, o episódio da vez se chama: O Algoritmo que Criminaliza a Pele Negra. Para aprofundar, estaremos contando também com a presença da nossa convidada Thallita Lima que irá conversar com a gente sobre as especificidades desse problema que, podemos não ver,

mas afeta diretamente e pontualmente a sociedade brasileira. Por isso, convidamos a Thallita, para compartilhar com a gente uma análise embasada em experiências de quem acompanha de perto as dinâmicas das políticas de segurança pública e justiça criminal no Brasil. Então fiquem com a gente!

APRESENTADOR: Para começar, o ponto de partida deve ser entender o que **exatamente** é o racismo algorítmico. De acordo com Tarcízio Silva, doutor em Ciências Sociais e Humanas em uma entrevista para a Fiocruz em 2023, o racismo algorítmico é quando tecnologias digitais, como algoritmos e sistemas de inteligência artificial, **reforçam** desigualdades raciais que já existem na sociedade. Isso acontece porque essas tecnologias são criadas e usadas dentro de uma **lógica que favorece pessoas brancas**, sem questionar as estruturas de poder e exclusão. Ou seja, intencionalmente ou não, elas acabam organizando o acesso ao conhecimento, aos recursos e ao espaço de forma injusta, prejudicando especialmente as pessoas racializadas.

Na prática, é um mecanismo “invisível” de poder e opressão no meio tecnológico, forçando a discriminação por meio de máquinas e tecnologias. Utilizando-se de diversos processos, como a invisibilização, a criminalização, a deslegitimação. E assim vai.

Isso pode ser visto como uma nova faceta do próprio racismo estrutural. É o racismo estrutural digitalizado. A professora Zélia Amador de Deus, em sua tese de doutorado, fala sobre como o racismo, encontra novas maneiras, novas explicações, se metamorfoseia até encontrar uma maneira de continuar impedindo o avanço desses grupos. A incorporação de leis, políticas e práticas tecnológicas que, mesmo sem parecerem abertamente racistas, acabam beneficiando uns e prejudicando outros. Exemplo disso são leis de privacidade que não protegem todos igualmente, como a Lei de Privacidade das Comunicações Eletrônicas, que já foi criticada pelo monitoramento excessivo de determinados grupos. Ou mesmo cookies que monitoram comportamentos de forma desigual e algoritmos que mostram anúncios ou resultados de busca de maneira discriminatória.

Tudo isso afeta toda uma cadeia de pessoas, molda pensamentos, condiciona comportamentos. A rede reproduz o “mundo real”. E, nesse ritmo, vem simulando as mesmas bases de opressão sistêmica que vemos no mundo *offline*. A inteligência artificial é um bom exemplo para entendermos como a tecnologia reflete e reforça as dinâmicas sociais. Isso porque a IA, em sua essência, aprende a partir dos dados que recebe, dados esses moldados por uma sociedade marcada por desigualdades. Assim, ela não apenas espelha comportamentos e estruturas existentes, mas também influencia e transforma nossas formas

de pensar e nos relacionar. O problema é que, nesse processo de aprendizagem, erros sistemáticos e vieses presentes nos dados acabam sendo incorporados e reproduzidos pelas ferramentas. É aí que surge o chamado viés algorítmico, uma forma de discriminação tecnológica.

Então para sairmos um pouco desse lado mais “abstrato” do assunto, como o viés algorítmico atua na prática? Como o mundo digital reflete na sociedade em si?

Vimos isso em 2013, nos Estados Unidos, quando um homem chamado Eric Loomis foi preso por tentar fugir da polícia. Ele confessou o crime, mas o que chamou atenção foi o motivo da sua pena rigorosa, de 11 anos de prisão. O juiz usou um programa chamado COMPAS, um software que calcula o "risco" de uma pessoa voltar a cometer crimes no futuro. Esse sistema deu uma nota alta para Loomis, dizendo que ele tinha grande chance de reincidir, e isso pesou na decisão do juiz. O problema é que Loomis e sua defesa nunca souberam como o COMPAS chegou a esse número, pois os cálculos do programa são secretos. Ele recorreu, alegando que não podia se defender sem acesso pleno aos critérios utilizados pela acusação, mas a justiça negou o pedido. Até hoje, Loomis está preso sem saber como um algoritmo influenciou sua condenação, ou seja, quais critérios foram utilizados.

Como isso pode ser justo? Um sistema onde não há transparência? No que ele se baseia?

Temos ainda, o caso da Joy Buolamwini. Ela, pesquisadora do MIT, percebeu um problema enquanto trabalhava em um projeto artístico que usava reconhecimento facial para interagir com o público por volta de 2018. O sistema, que deveria rastrear os movimentos da cabeça das pessoas, simplesmente não funcionava bem com rostos de pele escura — incluindo o dela. Para fazer a instalação funcionar nas apresentações, a equipe precisou recorrer a colegas de pele clara. Nisso, Joy começou a testar vários softwares comerciais de reconhecimento facial e percebeu que muitos **nem reconheciam seu rosto como humano**. Quando reconheciam, erravam ao classificar seu gênero. Ela investigou três dos sistemas mais usados no mundo e descobriu um padrão: os programas funcionavam muito melhor com homens brancos e falhavam mais com mulheres negras.

E além disso, temos o caso de contratação automatizada de engenheiros para a Amazon, em 2014, que de acordo com a União Americana pelas Liberdades Civis, discriminava sistematicamente mulheres que se candidatavam a vagas ligadas a tecnologia, como engenharia de software. Seus currículos eram descartados. Estranho, não? E o pior é que poderíamos passar o episódio inteiro citando exemplos como esses.

Por que será que isso acontece?

São questões como essas que dão a base para constatar um fato: **o racismo algorítmico existe**. E agora vamos ver como ele se manifesta de forma global. Passo para você _____

BLOCO 2 — Apresentador 2: _João_

[Vinheta de mudança de bloco: <https://youtu.be/CYcbnFL2HS4?si=EgzdIKbIsdNrzcI>]

APRESENTADOR: Esses algoritmos, que tomam decisões em áreas como segurança pública, justiça e mercado de trabalho, são construídos com base em dados históricos e escolhas humanas. Se os dados usados refletem uma sociedade racista, os resultados também serão. O grande problema é que, por estarem escondidos por trás de tantos cálculos e códigos, esses sistemas passam a ideia de serem neutros, o que dificulta perceber que eles também discriminam.

Então agora que já vimos que o racismo algorítmico existe, podemos conversar sobre a forma com que ele se manifesta ao redor do mundo. No mundo todo, a inteligência artificial vem sendo usada em vários setores com a promessa de tornar decisões mais rápidas e justas. Mas, na prática, ela tem ampliado desigualdades. Por exemplo, de acordo com o relatório “*Automated Racism*”, publicado pela Anistia Internacional em 2025, no Reino Unido, dados de 2023 mostraram que **pessoas negras foram abordadas pela polícia quase cinco vezes mais do que pessoas brancas** com base em sistemas preditivos. Esses sistemas são tecnologias que utilizam algoritmos para analisar grandes volumes de dados históricos e identificar padrões que, supostamente, permitem prever onde e quando crimes podem ocorrer ou quem tem maior probabilidade de cometê-los. Estima-se que houve 24,5 abordagens policiais para cada mil negros, contra 5,9 para cada mil brancos. Então, **em vez de corrigir práticas racistas, esses sistemas acabam reforçando o que já era injusto**, porque se baseiam em dados de um sistema penal que já trata pessoas negras de forma desigual.

Um outro caso é o que acontecia no território entre Israel e Palestina, onde a situação sempre foi grave, mesmo antes do atual conflito. A **tecnologia de reconhecimento facial era usada para vigiar a população** palestina de forma constante. Um relatório publicado pela Anistia Internacional, “*Automated Apartheid*” pode nos ajudar a entender esse caso. De acordo com o documento, a ferramenta utilizada para impor uma **vigilância constante** e um

estado de insegurança contra os palestinos é o banco de dados Wolf Pack, que guarda informações sobre cidadãos palestinos, como localização, parentesco e, mais importante, o chamado nível de "risco". O objetivo é armazenar os perfis e as classificações de segurança de todos os palestinos na Cisjordânia. Importante dizer que esses dados não são coletados sobre cidadãos judeus israelenses. Ou seja, a vigilância é feita com base em critérios étnicos, o que transforma a tecnologia em ferramenta de opressão, não de segurança.

Esses casos mostram que **algoritmos não são apenas ferramentas técnicas. Eles podem se tornar meios de controle, vigilância e exclusão** contra grupos historicamente discriminados, evidenciando que a promessa de neutralidade é uma mera ilusão. E já que esses algoritmos não são neutros, a quem eles respondem? Para responder essa pergunta, nosso olhar deve se estender para a análise do colonialismo algorítmico na relação entre o Sul e o Norte Global. Afinal, hoje, as tecnologias de inteligência artificial são majoritariamente desenvolvidas por países do Norte Global, como Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha. Já os países do Sul Global — como os da América Latina e da África — muitas vezes apenas consomem essas tecnologias, sem participar de sua criação. Esse desequilíbrio gerou o que estudiosos como Tarcízio Silva chamam de **"colonialismo algorítmico"** ou **"colonialismo digital"**. O termo foi popularizado em seu livro "Racismo Algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais", que analisa como o domínio tecnológico de alguns países e empresas impõe padrões e estruturas que aprofundam desigualdades globais.

De acordo com o Fórum Econômico Mundial, a **inteligência artificial deve movimentar mais de 15 trilhões de dólares até 2030**. Mas apenas 3% desse valor chegará à América Latina. O resto ficará concentrado nas potências que lideram o setor. E não é só o dinheiro que está mal distribuído, até porque os **dados usados para treinar essas tecnologias também vêm, em sua maioria, de países desenvolvidos**, em sua maioria do Norte Global, o que faz com que os algoritmos funcionem mal — ou de forma preconceituosa — em contextos diferentes, como o nosso.

Esse cenário revela uma exclusão dupla, a lógica econômica e simbólica. O Sul Global não lucra com o desenvolvimento tecnológico e, ainda por cima, sofre mais com seus efeitos. **Ao importar sistemas que foram feitos com base em outras realidades, corremos o risco de aplicar soluções que não servem para nossos problemas — ou pior, que aprofundam injustiças locais.** Entendemos que, para enfrentar o racismo algorítmico, é preciso pensar também em soberania digital e justiça global.

O racismo algorítmico pode ser percebido não apenas internacionalmente, mas também em território nacional. O fato de que a grande maioria das pessoas vítimas desses erros são negras não é coincidência: demonstra como os sistemas são calibrados com base em dados que reproduzem práticas de suspeição e perseguição dirigidas aos mesmos grupos que sempre foram marginalizados. Os erros mostram que, **em vez de trazer segurança, essas tecnologias acabam reforçando a perseguição a corpos negros.**

O problema é ainda maior porque essas ferramentas estão sendo adotadas sem regras claras. Não há uma lei nacional que diga como os algoritmos devem ser usados pelas polícias, nem critérios para verificar se eles funcionam direito. Isso faz com que decisões importantes — como julgamentos — sejam tomadas com base em sistemas cujos mecanismos são complexos, opacos e, muitas vezes, inacessíveis ao público. Isso levanta uma reflexão importante: **será que realmente ninguém entende como esses sistemas funcionam, ou será que foram projetados justamente para proteger seus processos internos de questionamentos, reforçando estruturas discriminatórias?** A intencionalidade é difícil de comprovar, mas o resultado é concreto: a **perpetuação da desigualdade racial sob a aparência de neutralidade tecnológica.**

O racismo algorítmico pode ser percebido não apenas internacionalmente, mas, também em território nacional, só que como isso acontece, explica pra gente ____.

BLOCO 3 — Apresentador 3: _Daniel_

[Vinheta de mudança de bloco: <https://youtu.be/CYcbnFL2HS4?si=EgzdIKbIsdNrzyeI>]

APRESENTADOR _____: Então, quando a gente fala sobre inteligência artificial no Brasil, é essencial entender por que o cenário daqui é especialmente preocupante. Para dar uma base maior de contexto a esse conceito ‘Racismo Algorítmico’, a gente precisa encarar o ‘Racismo Estrutural’, que, infelizmente, ainda é muito presente em várias áreas, inclusive na tecnologia.

APRESENTADOR _____: *Mas, o que seria racismo estrutural?* Esse termo foi mencionado pelo sociólogo americano Charles Mills em 1997 com o livro “*The Racial Contract*”, em português “O contrato racial”, que ganhou força aqui no Brasil, e a ideia central é que **o racismo não é** só uma questão de atitudes individuais ou de casos isolados de discriminação. Ele está **enraizado** nas estruturas da sociedade, seja nas instituições, nas leis,

nas políticas públicas, no mercado de trabalho, até mesmo na educação. Em outras palavras, o racismo estrutural é aquele que funciona de forma automática, muitas vezes sem que as pessoas percebam, mas que gera desigualdades reais e constantes para a população negra.

[Vinheta pra mudança de tópico:
<https://youtu.be/ziI1z21LQ6o?si=wPr7XKajYuauLXzY>, timer: 00:04-00:07]

APRESENTADOR: E isso aparece de forma bem clara quando olhamos para a composição das equipes de TI no país. Pegando o Report de 2022 da PretaLab, que é uma plataforma que conecta mulheres negras à tecnologia, seja por meio de ciclos formativos, rede de profissionais, consultorias e estudos, e mostrando que **em quase um terço das equipes de tecnologia, não há nenhuma pessoa negra**. E quando há, geralmente são pouquíssimas — **no máximo [bem incisivo, e alto]** 10% dos profissionais. Além disso, pessoas de bairros periféricos e vulneráveis também estão **praticamente fora** desses espaços. Isso tudo aponta para uma desigualdade que começa muito antes da contratação. Ela está lá no acesso à educação, nas oportunidades de formação e na própria entrada nesse mercado.

APRESENTADOR: E esse problema se agrava ainda mais quando a gente foca na presença de mulheres negras. Os dados mostram que elas são ainda mais excluídas. Trazendo a pesquisa da Brasscom de 2024, elas representam apenas 11% dos profissionais da área, e **só 3% das alunas matriculadas [tom de indignação]** em cursos de Engenharia da Computação. Você não ouviu errado, é 3% **mesmo!** Isso num país onde as mulheres negras são 28% da população. Ou seja, elas são a maioria invisibilizada. E esse apagamento não acontece só nos cursos e nas empresas — ele aparece também na falta de dados e de pesquisas que tragam à tona essa realidade com mais clareza .

APRESENTADOR: Outro ponto que precisa ser destacado é a forma como o Brasil acaba adotando tecnologias importadas sem fazer as adaptações necessárias pro nosso contexto. Um exemplo disso foi o caso do LinkedIn, em 2022, em uma matéria publicada pelo Folha de São Paulo quando a plataforma **tirou do ar** anúncios de vagas afirmativas para pessoas negras e indígenas. Mesmo que adotar práticas de ações afirmativas sejam consideradas legais no Brasil, o LinkedIn segue as práticas estrangeiras, que não são adeptas as ações afirmativas, pois consideram esse tipo de anúncio uma prática discriminatória. Isso mostra como a falta de alinhamento entre essas plataformas globais e a legislação brasileira pode prejudicar iniciativas importantes de inclusão.

[Vinheta pra mudança de tópico:
<https://youtu.be/ziI1z21LQ6o?si=wPr7XKajYuauLXzY>, timer: 00:04-00:07]

APRESENTADOR: E os riscos não param por aí. Em 2024, o G1 Fantástico publicou uma matéria sobre um jovem negro que foi algemado pela polícia [som de fundo: <https://www.youtube.com/watch?v=MmngeC0enhs>] em um estádio em Aracaju por causa de um erro no sistema de reconhecimento facial. Ele foi confundido com um criminoso, mesmo sem ter cometido nenhum crime. Depois ficou claro que o sistema falhou, mas o constrangimento já tinha acontecido. E não é só um caso isolado, porque situações parecidas já foram registradas em outras cidades, como no Rio de Janeiro, por exemplo; entre 2012 e 2020, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com o Colégio Nacional de Defensores Públicos, identificou pelo menos 90 casos de prisões injustas motivadas por reconhecimento fotográfico em delegacias de todo o país. A maioria dessas prisões — 73, para ser exato — ocorreu no Rio de Janeiro [som de fundo: <https://www.youtube.com/watch?v=MmngeC0enhs>]. Em 79 desses casos, havia dados sobre a raça dos acusados, e 81% eram pessoas negras. Ao final, todos os 90 casos analisados foram considerados abusivos, causados por erros no processo de identificação. E mais um caso, também publicado pelo G1, para chocar mesmo, que é até engraçado de tão absurdo, é o caso do ator norte-americano Michael B. Jordan, onde a foto dele apareceu em uma lista de procurados pela polícia civil do Ceará, como suspeito de uma chacina em Sapiranga, que tirou a vida de cinco pessoas no natal de 2022. Simplesmente inacreditável, não é?

APRESENTADOR: Casos como esse nos mostram como essas tecnologias, quando não são bem reguladas e adaptadas, acabam reforçando estereótipos e tratam pessoas negras como suspeitas em potencial. Todo esse viés presente nos dados, que é evidentemente racista, pode ter consequências muito sérias na vida das pessoas.

[Vinheta de mudança de bloco: <https://www.youtube.com/watch?v=3YlnXQjrIf4>]

APRESENTADOR: E cada uma dessas questões que a gente trouxe, deixa claro que o problema não está apenas na tecnologia em si, mas em quem a desenvolve, como ela é pensada e para quem ela serve. Quando há pouca diversidade nas equipes, falta de adaptação ao contexto brasileiro e ausência de uma fiscalização rigorosa, o resultado é esse: um sistema que reforça desigualdades em vez de combatê-las. Por isso, discutir inteligência artificial no Brasil exige olhar para essas camadas mais profundas e estruturais da nossa sociedade. E, diante desse cenário, nos questionamos: o que pode ser feito para mudar?

BLOCO 4 — Apresentador 3: _Daniel_

[Vinheta de mudança de bloco: <https://youtu.be/CYcbnFL2HS4?si=EgzdIKbIsdNrzyCI>]

Se até aqui vimos como o racismo algorítmico é real, recorrente e estrutural, agora é hora de pensar: o que pode ser feito? Como combater essa lógica que criminaliza, silencia e exclui, ainda que sob a fachada da tecnologia?

Primeiro, é importante entender que a solução não é apenas técnica — é política e social. A tecnologia não nasce neutra, e combatê-la não depende apenas de “corrigir códigos”, mas de mudar quem escreve esses códigos e com quais valores.

A diversidade nas equipes de tecnologia é um passo fundamental. Segundo a Pesquisa da PretaLab junto a ThoughtWorks, no projeto chamado #quemCodaBR, mostrou que quase um terço das equipes de TI no Brasil não têm nenhuma pessoa negra. E quando olhamos para mulheres negras, a desigualdade se aprofunda ainda mais. Isso significa que os algoritmos estão sendo desenhados majoritariamente por pessoas brancas de classes privilegiadas, o que aumenta o risco de que esses sistemas reproduzam justamente os vieses dessa bolha social.

Outro caminho é a regulamentação. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), em vigor desde 2020, é um marco importante. Ela garante, por exemplo, que os dados não podem ser usados de forma discriminatória. Mas a LGPD, por si só, não é suficiente — é preciso aplicar, fiscalizar e ampliar suas proteções. Hoje, muitas decisões algorítmicas seguem sendo caixas-pretas, sem transparência ou responsabilização, como vimos no caso do reconhecimento facial no Brasil. Na Europa, o Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR) já discute princípios como “explicabilidade algorítmica” — o direito de saber por que uma máquina tomou determinada decisão sobre você. No Brasil, esse debate ainda está engatinhando. Por isso, movimentos sociais têm ocupado esse vácuo institucional com propostas concretas.

É aqui que entra a resistência coletiva. Iniciativas como o Aqualtune Lab, um coletivo que atua por uma internet antirracista, têm denunciado a forma como os corpos negros são alvos preferenciais de vigilância digital. Eles questionam o uso indiscriminado de reconhecimento facial, participam de audiências públicas e propõem políticas públicas para frear essa lógica de exclusão.

E vocês lembram do caso da Joy Buolamwini, que comentamos lá no início? Depois de perceber que os sistemas de reconhecimento facial não reconheciam seu rosto negro, Joy fundou a Algorithmic Justice League, uma organização que reúne arte, ciência e ativismo para combater os danos causados pela inteligência artificial racista. Com sede nos Estados Unidos, mas impacto global, a AJL atua pressionando empresas, influenciando políticas

públicas e propondo padrões éticos para o uso justo da tecnologia. Ou seja, o que parecia uma falha técnica virou um movimento mundial por justiça algorítmica.

Por fim, vale retomar o que falamos no início do episódio sobre a professora Zélia Amador de Deus. Em sua tese, Zélia mobiliza a figura de Ananse, a aranha ancestral dos povos Akan, como símbolo de resistência e inteligência estratégica. Ela compara a luta do movimento negro à trama de teias feitas com criatividade, coragem e persistência. Assim como Ananse, que cria pontes entre o céu e a terra, suas herdeiras — as mulheres negras amazônidas e tantas outras — enfrentam desafios, negociam regras impostas pelas “mandantes da tecnologia digital” e criam caminhos próprios para acessar, disputar e contar suas histórias. Como escreveu Zélia, essas mulheres enfrentam “as múltiplas personas do racismo” e, mesmo à margem, constroem redes para resistir, transformar e existir.

Então, o que pode ser feito? Legislar, sim. Diversificar? Com certeza. Mas, acima de tudo, é preciso ouvir quem sempre esteve à margem, transformar as formas de produzir tecnologia e disputar os rumos desse futuro digital — que já chegou, mas ainda **não é igual para todos**.

BLOCO 5 (ENTREVISTA) — Apresentador 1 e 2: _____

Partindo agora para nossa entrevista! Hoje a gente recebe aqui no podcast a Thallita Lima. Ela é doutora em Relações Internacionais pela PUC-Rio, mesma instituição onde concluiu o mestrado, e também é graduada em RI pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Atualmente, integra a equipe do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – onde atua como coordenadora de pesquisa no Panóptico, uma iniciativa voltada para o monitoramento da atuação do Estado em segurança pública. A Thallita pesquisa temas ligados à política internacional, segurança, direitos e disputas simbólicas, e hoje está com a gente pra falar sobre Racismo Algorítmico. (abrir um espaço para ela se apresentar e acrescentar mais coisas.)

- BRUNA

> Do ponto de vista da regulação, o que falta para enfrentar o racismo algorítmico de forma séria no Brasil?

> Para quem quer se engajar na pauta — seja como pesquisador, ativista ou comunicador — que tipo de ação ou posicionamento já faz diferença?

- DANIEL

> O que torna o uso de algoritmos no policiamento tão difícil de fiscalizar? E quem, na sua visão, deveria se responsabilizar por uma fiscalização efetiva?

Muito interessante ver que há um espaço para o debate, que existe uma participação ativa, especialmente daqueles que são mais afetados, apesar de não produzirmos tantos dados e muitas vezes ter esses poucos invisibilizados dentro da discussão. Mas seguindo para uma outra direção, a última pergunta fala justamente dessa soberania:

> Como pesquisadora e comunicadora do CESeC, qual é a sua visão sobre as consequências de importar tecnologias produzidas fora do Brasil, sem a devida adaptação ao nosso contexto? Como isso se conecta com as ideias de soberania digital e colonialismo de dados?

Referências:

AQUALTUNE LAB. *Relatório Aqualtune: por uma internet antirracista*. 2023. Disponível em: <https://aqualtunelab.com.br/wp-content/uploads/2024/10/Copia-de-Relatorio-Aqualtune-DEZ.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO. *Censo de diversidade: Setor TIC.: Brasscom*, 2024. Disponível em: <https://brasscom.org.br/pdfs/censo-de-diversidade-setor-de-tic/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

BUOLAMWINI, Joy. *When the robot doesn't see dark skin*. **The New York Times**, 21 jun. 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/06/21/opinion/facial-analysis-technology-bias.html>. Acesso em: 23 abr. 2025.

CECÍLIA, Maria. *Princípios da LGPD: entenda quais são e confira exemplos. Falando sobre Dados*, 03 jan. 2023. Disponível em: <https://mariaceciliagomes.com.br/principios-da-lgpd/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

NABESHIMA, Yuri. *Uso do reconhecimento facial na segurança pública. Consultor Jurídico*, 6 jan. 2024. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-jan-06/uso-do-reconhecimento-facial-na-seguranca-publica/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

PRETALAB; THOUGHTWORKS. *Quem Coda: O futuro da tecnologia do Brasil em mãos de mulheres negras*. 2019. Disponível em: https://cdn.prod.website-files.com/5b05e2e1bfcfaa4f92e2ac3a/5d671881e1161a6d2b8eb78b_Pesquisa%20Que%20mCodaBR.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

PRETALAB. *Report 2022: Um chamado à ação da urgência e da importância de dar espaço ao protagonismo das mulheres negras na inovação e na tecnologia brasileira*. 2022. Disponível em: <https://www.pretalab.com/report-2022#diversidadeimporta>. Acesso em: 23 abr. 2025.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. Coord. Djamila Ribeiro. São Paulo: Selo Sueli Carneiro; Pólen, 2019. p. 22–37.

Brasscom aponta que mulheres ocupam 39% dos empregos no setor de TIC Brasília. Brasscom, 2021. Disponível em:

<https://brasscom.org.br/brasscom-aponta-que-mulheres-ocupam-39-dos-empregos-no-setor-de-tic/#:~:text=Segundo%20relat%C3%B3rio%20de%20diversidade%20publicado,maior%20inclus%C3%A3o%20social%20no%20Brasil>. Acesso em: 09 maio 2025.

BRIGATTI, Fernanda. LinkedIn: Plataforma remove anúncios afirmativos no Brasil. Folha de S.Paulo, São Paulo, 28 jul. 2022. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/03/linkedin-derruba-anuncio-que-dava-preferencia-a-candidatos-negros-e-indigenas.shtml>. Acesso em: 09 maio 2025.

Foto de astro do cinema Michael B. Jordan aparece em lista de procurados pela polícia do Ceará. G1

Ceará, 7 jan. 2022. Disponível em:

<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2022/01/07/astro-do-cinema-michael-b-jordan-appece-em-lista-de-procurados-pela-policia-do-ceara.ghtml>. Acesso em: 14 maio 2025.

Medo, frustrado e constrangido', diz homem detido por engano em estádio após erro do sistema de reconhecimento facial. G1 Fantástico, 27 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2024/04/21/medo-frustrado-e-constrangido-diz-homem-detido-por-engano-em-estadio-apos-erro-do-sistema-de-reconhecimento-facial.ghtml>. Acesso em: 09 maio 2025.

Report 2022. São Paulo, PretaLab, 2021. Disponível em: <https://www.pretalab.com/report-2022> . Acesso em: 09 maio 2025.

SANTANA, Igor. Relatórios apontam falhas em prisões após reconhecimento fotográfico. Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 24 fev. 2021. Disponível em: <https://www.defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/11088-Relatorios-apontam-falhas-em-prisoas-apos-reconhecimento-fotografico>. Acesso em: 14 maio 2025.

'Machosfera' brasileira: canais misóginos do YouTube transformam ódio em lucro com anúncios, doações e vendas online. G1 e Deutsche Welle, 29 abril 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2025/04/29/machosfera-brasileira-canaais-misoginos-do-youtube-transformam-odio-em-lucro-com-anuncios-doacoes-e-vendas-online.ghtml>. Acesso em: 04 de Junho de 2025.

Amnesty International UK. Automated racism: how police data and algorithms code discrimination into policing. London: Amnesty International UK, 2025. Disponível em: <https://www.amnesty.org.uk/files/2025-02/Automated%20Racism%20Report%20-%20Amnesty%20International%20UK%20-%202025.pdf>

Amnesty International. Automated apartheid: how facial recognition fragments, segregates and controls Palestinians in the OPT. [S.l.]: Amnesty International, 2023. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/mde15/6701/2023/en/>

Yu, Danni; Rosenfeld, Hannah; Gupta, Abhishek. The 'AI divide' between the Global North and the Global South. World Economic Forum, 16 jan. 2023. Disponível em: <https://www.weforum.org/stories/2023/01/davos23-ai-divide-global-north-global-south/>

Rede de Observatórios da Segurança, Panóptico: reconhecimento facial renova velhas táticas racistas de encarceramento. Disponível em: <https://observatorioseguranca.com.br/panoptico-reconhecimento-facial-renova-velhas-taticas-racistas-de-encarceramento/>

BATISTA, Daiane. Tarcízio Silva: “O racismo algorítmico é uma espécie de atualização do racismo estrutural”. Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz Antonio Ivo de Carvalho, 30 mar. 2023. Disponível em:

<https://cee.fiocruz.br/?q=Tarcizio-Silva-O-racismo-algoritmico-e-uma-especie-de-atualizacao-do-racismo-estrutural>. Acesso em: 20 abr. 2025.

VOLPE, Vanessa V. et al. Anti-Black Structural Racism Goes Online: A Conceptual Model for Racial Health Disparities Research. **Ethnicity & Disease**, [s. l.], v. 31, p. 311-318, mai. 2021. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8143849/>. Acesso em: 22 abr. 2025.

BATISTA, Daiane. Tarcízio Silva: “O racismo algorítmico é uma espécie de atualização do racismo estrutural”. **Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz Antonio Ivo de Carvalho**, 30 mar. 2023. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=Tarcizio-Silva-O-racismo-algoritmico-e-uma-especie-de-atualizacao-do-racismo-estrutural>. Acesso em: 20 abr. 2025.

JONKER, Alexandra; ROGERS, Julie. O que é viés algorítmico?. **International Business Machines Corporation**, 2024. Disponível em: <https://www.ibm.com/br-pt/think/topics/algorithmic-bias#:~:text=O%20vi%C3%A9s%20algor%C3%ADtmico%20ocorre%20quando,e%20de%20g%C3%AAnero%20j%C3%A1%20existentes>. Acesso em: 23 abr. 2025.

GUEDES, Paula. Discriminação tecnológica: desmistificando a neutralidade da Inteligência Artificial em meio à crise de inclusão e de diversidade nas tecnologias emergentes. Universidade Católica Portuguesa, 2021. Disponível em: <https://ciencia.ucp.pt/en/publications/discrimina%C3%A7%C3%A3o-tecnol%C3%B3gica-desmistificando-a-neutralidade-da-intel>. Acesso em: 20 abr. 2025.

AZEVEDO, Bernardo. Sistema de inteligência artificial nos EUA prevê o "índice de reincidência" dos acusados. **Bernardo de Azevedo**. 18 set. 2019. Disponível em: <https://bernardodeazevedo.com/conteudos/sistema-de-inteligencia-artificial-nos-eua-preve/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

GOODMAN, Rachel. Why Amazon's Automated Hiring Tool Discriminated Against Women. **American Civil Liberties Union**, 12 oct. 2018. Disponível em: <https://www.aclu.org/news/womens-rights/why-amazons-automated-hiring-tool-discriminated-against>. Acesso em 22 abr. 2025.

HARDESTY, Larry. Study finds gender and skin-type bias in commercial artificial-intelligence system. **Massachusetts Institute of Technology**. 11 fev. 2018. Disponível em: <https://news.mit.edu/2018/study-finds-gender-skin-type-bias-artificial-intelligence-systems-0212>. Acesso em: 23 abr. 2025.